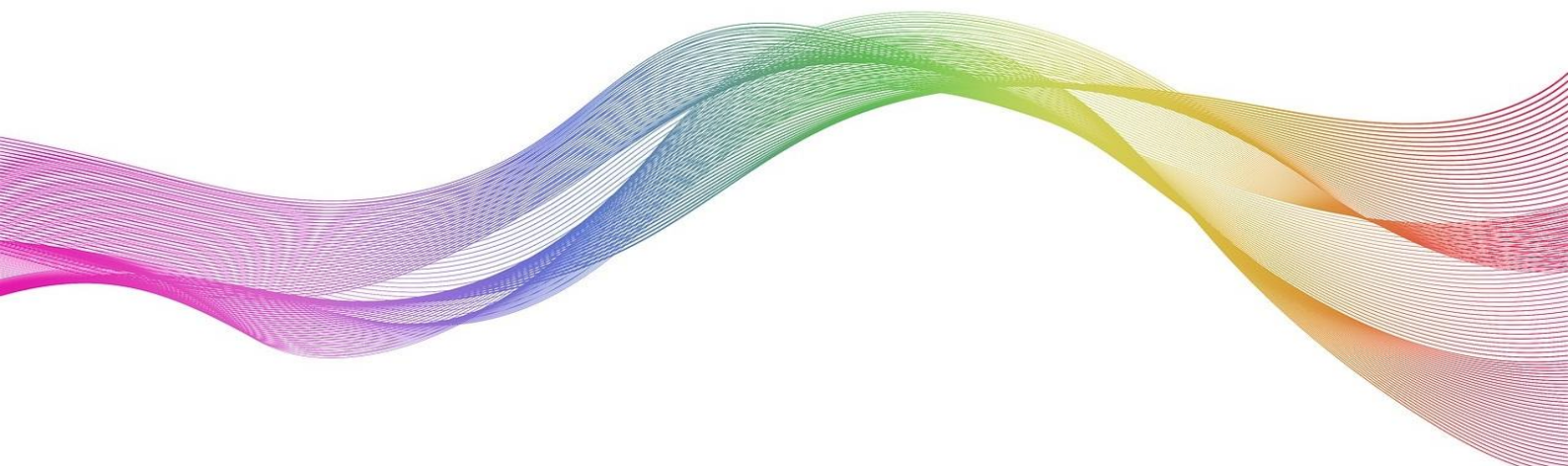




## FÉ E/OU IMPÉRIO? DA UNIDADE À PLURALIDADE DE FÉ NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS

Edilece Souza Couto\*

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Marco Antônio Nunes da Silva\*

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Nuno de Pinho Falcão\*

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

DOI: 10.29327/256659.16.1-17

Nos primeiros anos do século XV, antes de iniciado o processo expansionista português, o universo lusófono era estritamente limitado a um curto território retangular no extremo ocidental europeu, dotado de unidade política e cultural, e que se entendia religiosamente, e como herança de um já longínquo império romano cristianizado, como um reino cristão onde a maioria convivia, em secular diversidade religiosa, com comunidades minoritárias das demais religiões abraâmicas. Esta é uma realidade que desaparecerá no final desse século, quando as lógicas de centralização do poder monárquico, e o entendimento da estrita vinculação entre a religião do soberano e a fé dos seus súbditos (*cuius regio, eius religio*).

Ao longo desse século, e dos seguintes, a expansão territorial e marítima irá dar lugar a espaços linguísticos e religiosos, constituídos em geografias muito distintas, em que se pretenderá reproduzir um determinado modelo de cultura e de fé, o qual se associa, operacionalmente, a um conjunto de objetivos políticos e imperiais, bem como a objetivos

---

\* Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: [edilece@gmail.com](mailto:edilece@gmail.com)

\* Professor Titular de História Moderna da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: [marcoantonio@ufrb.edu.br](mailto:marcoantonio@ufrb.edu.br)

\* Professor adjunto da licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, campus Malês. E-mail: [nunopinhofalcao@unilab.edu.br](mailto:nunopinhofalcao@unilab.edu.br)

econômicos com laivos globalizantes.

A relação vinculante entre a monarquia portuguesa e o universo cristão, que remonta ao seu primeiro reinado e ao pedido, ao Papa, de confirmação do novo reino de Portugal, apresenta-nos uma sociedade em que Igreja e Estado estão profundamente imbricados numa construção mútua de sociedade, com uma confusão de limites que é hoje dificilmente compreensível por uma sociedade, e uma academia, que acredita firmemente (?) nas virtudes da separação Estado-Igreja.

A incompreensão, que nasce da desfasagem de mentalidades criada pelos processos sociais, políticos e culturais dos dois últimos séculos, apenas se torna problemática quando ultrapassa as fronteiras das ciências históricas, e nos cruzamos com análises construídas em anacronia, projetando no passado o entendimento do mundo presente, e transformando-se em análises judicativas, com o inevitável desvio de resultados.

O mundo lusófono, nascido de um processo expansionista e colonizador, teve na sua origem uma proposta de unidade uniformizante, que pretendia ofertar uma forma única de acreditar e de viver essa crença. A sua proposta era de expandir a vivência lusitana da catolicidade, mas que processos de resistência e de acomodação levarão ao nascimento, e consolidação de múltiplas formas de vivência da catolicidade que se podem encontrar no mundo lusófono, que aqui designamos como catolicismos lusófonos, e de como estes conviverão com outras formas, também elas lusófonas pela força impositiva da língua e da cultura, de viver a espiritualidade.

A estreita relação, vinculante, entre a monarquia portuguesa e a Igreja Católica nasce de dinâmicas que antecedem o contexto expansionista, sendo possível traçar uma política régia para enquadrar a Igreja entre os elementos dinâmicos da sociedade com uma função pública a exercer, função essa que contendia com as pretensões da hierarquia eclesiástica a uma completa autonomia de atuação (no exercício das chamadas “liberdades eclesiásticas”), mas à qual a Igreja se deveria submeter. É o que revela a historiadora portuguesa Margarida Garcês Ventura ao estudar a política religiosa da monarquia de Aviz e a sua relação com a Igreja em Portugal.

Este entendimento sobre o papel social da Igreja (e, por inerência, da religião), o qual deveria ser desenvolvido em necessária harmonia com o poder Real, está na base da formação do que podemos chamar de catolicismos lusófonos, pois a partir dele formar-se-á a política régia para a religião, e que para o território da expansão dará origem a uma estrutura político-

eclesiástica: o padroado ultramarino português.

Como resultado desta visão dos monarcas de Avis, as épocas moderna e contemporânea vão assistir à formulação e aplicação de uma ampla política religiosa da monarquia portuguesa (e depois dela dos governos monárquicos liberais e republicanos), que se traduzirá na gestão interrelacionada de um conjunto de instituições religiosas católicas, bem como da intervenção nas mesmas, operada a partir de um conjunto de prerrogativas formais sobre essas instituições que vão sendo concedidas pela Santa Sé à Coroa portuguesa (através de um conjunto de documentos jurídicos pontifícios), e através das quais a Coroa portuguesa objetivamente organiza a estrutura religiosa católica em Portugal e nos territórios da expansão, principalmente aqueles que constituirão o que hoje se designa por Lusofonia.

Não sendo uma submissão da Igreja portuguesa à Coroa, é, no entanto, a expectativa que a Igreja em Portugal (e nos territórios sob os quais atua ou atuará) exerça as suas atividades de acordo com as necessidades políticas da Coroa e os contextos sociais da comunidade que serve. Trata-se, em suma, de associar mais estreitamente os diversos níveis institucionais da Igreja em Portugal (e no mundo da expansão e da colonização), ou seja as Igrejas diocesanas, as ordens e congregações religiosas, as associações laicais, com a política religiosa pensada pelo poder monárquico.

Privilégios na nomeação dos bispos e dos benefícios eclesiásticos têm resultados imediatos na condução da política religiosa da Igreja na lusofonia, a que se une a intervenção da Coroa na criação de circunscrições eclesiásticas, na construção de igrejas e outras estruturas afins, na fundação de mosteiros e conventos, na organização de estruturas missionárias e no seu provimento de missionários (no que basta, como exemplo, recordar a proteção de D. João III no processo fundacional da Companhia de Jesus), além do apoio às estruturas de vivência laica e de assistência na saúde e pobreza constituídas pelas múltiplas irmandades e confrarias que se espalham por tudo o mundo lusófono, e onde se deve destacar a importância das Santas Casas de Misericórdia.

A toda esta dinâmica que visa manter e aumentar o universo católico sob domínio, ou influência, da Coroa portuguesa, devemos ainda somar a política da Coroa no controle das mentalidades, que se operacionaliza a partir de um tribunal religioso, a Inquisição. Instituição estruturante no mundo lusófono, moldando mentalidades em Portugal, mas também ao longo de todo o espaço da expansão, não é possível escrever uma história da lusofonia sem atentar para o papel desempenhado pelo Santo Ofício na transformação das culturas e das

mentalidades, o que hoje nos convida a pensarmos os sujeitos históricos que com ele se relacionaram, abrindo a possibilidade de uma maior compreensão da influência deste tribunal sobre as estruturas políticas, sociais e culturais do mundo lusófono, bem como sobre as identidades e as mentalidades que se construíram nesse contexto a partir das histórias, experiências, trajetórias, lutas e resistências dos sujeitos históricos que viveram sob a atuação inquisitorial.

Não constituindo uma “forma diferente de ser católico”, a ideia de catolicismos lusófonos, que propusemos como norteadora, centra-se nas diversas formas da experiência do ser católico, ou de estar inserido numa sociedade ou contexto marcados pela influência da cultura católica de expressão portuguesa. Ainda que as estruturas religiosas formais em que estas vivências e encontros se operam não constituam elemento diferencial objetivo em relação a outras experiências do ser, ou viver, católico, é o conjunto da sua atuação, e os parâmetros em que esta se realiza, que nos permitem definir estas formas lusófonas da vivência da catolicidade.

Importa promover uma reflexão ampla que vá da natureza das políticas religiosas lusófonas (pensada desde o exercício dos direitos de Padroado das monarquias portuguesa e brasileira, do seu exercício pela República, até as modernas relações Estado-Igreja nos diversos países da lusofonia), aos estudos da atuação das estruturas religiosas na sociedade.

A ampla variedade das experiências históricas que a construção destes catolicismos lusófonos implicou, torna necessário que essa reflexão vá de encontro a uma mais profunda compreensão das dinâmicas e processos de inclusão e de exclusão social que essa construção implicou, reconhecendo que a religião se apresenta como uma grande categoria sociopolítica e cultural, utilizada na produção de discursos hegemônicos político-identitários, formados nos diferentes períodos da modernidade e contemporaneidade do universo lusófono.

Pensar as práticas e representações do pertencimento religioso tornou-se portanto, um imperativo na abordagem da formação das culturas e identidades sociais e culturais das sociedades da lusofonia, conduzindo até às questões relacionadas com a consolidação das democracias do mundo contemporâneo.

Este número da *Plura* traz, pelo menos em três artigos, a relação direta entre o catolicismo e os impérios de Portugal e do Brasil. Mas, também, outros artigos que demonstram a pluralidade da fé vivenciada no Brasil, indo do êxtase e erotismo em Tereza de Ávila ao movimento evangélico.

No artigo *Os Bispos e Prelados deste Império não formam um Colégio*, do Sérgio Ricardo Coutinho ressalta a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre as relações entre os bispos do Império, explorando tanto as práticas coletivas e consensuais na atuação pastoral, quanto os conflitos, tensões e rivalidades dentro do clero. O autor busca contribuir para essa análise ao examinar um embate moral significativo e possivelmente inédito na história da Igreja no Brasil: a disputa entre Dom Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860), Arcebispo-Primaz, e Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo (1796-1863), Bispo do Rio de Janeiro e Capelão-Mor da Casa Imperial. O conflito girava em torno do privilégio e direito de realizar a sagração e coroação de Dom Pedro II, em julho de 1841. Coutinho estruturou sua argumentação em três etapas distintas. Primeiramente, abordou as bases da intersubjetividade, apresentando os bispos em conflito e analisando suas condições de fala e ação, as dinâmicas linguísticas, o uso de símbolos para comunicação, bem como as estratégias sociais e expressões gestuais que moldaram suas interações.

Em seguida, dedicou-se à subjetividade, interpretando as intenções, vivências, experiências e motivações pessoais dos envolvidos. Por fim, concentrou-se nas estruturas da normatividade, examinando as instituições e normas que regiam o caso, a partir das diretrizes teológico-canônicas da tradição da Igreja e do Concílio de Trento, além de postulados jurídico-canônicos, sistemas de valores e heranças culturais. Segundo a análise do autor, o conflito entre Dom Manoel do Monte e Dom Romualdo de Seixas não se restringia ao privilégio da Sagração; essa questão era apenas a superfície de um embate muito mais profundo. O verdadeiro cerne da disputa envolvia os limites teológico-políticos que cada bispo defendia. O que parecia ser um mero desentendimento individual, na realidade, expunha divergências entre distintos setores do clero, refletindo uma característica marcante do cenário eclesiástico brasileiro ao longo do século XIX.

No estudo *Crime, castigo e perdão no reinado de Dom João II*, o historiador Ismael da Silva Nunes examina a inter-relação entre esses três elementos durante o período joanino. Sua análise tem como principais fontes as *Ordenações Afonsinas* e as *Cartas de Perdão*, documentos essenciais para a compreensão do sistema de justiça de Portugal do século XV. Além disso, o autor fundamenta sua pesquisa em uma ampla leitura da historiografia sobre o tema, oferecendo uma visão aprofundada da questão. A pesquisa do autor revela que a prática jurídica portuguesa envolvia diversas instâncias que influenciavam a aplicação da justiça, incluindo o direito privado, as normas eclesiásticas, os costumes e a tradição. Todos esses elementos

desempenhavam um papel fundamental na definição das punições. Para compreender o mecanismo do perdão real – quem o recebia, por quais crimes e quais estratégias eram adotadas pelos súditos – é essencial mergulhar nos registros da chancelaria portuguesa, onde essas dinâmicas estão documentadas.

Anderson Amorim revisita o tema do êxtase e do erotismo no artigo *Teresa de Ávila e o amor místico: interrelação entre mística e erotismo*, por intermédio da análise de seus escritos e dos seus comentadores. Em primeiro lugar, o autor apresenta dados biográficos de Tereza Sánchez Cepeda y Ahumada, a poetisa catalã, criadora e reformadora da Ordem do Carmelo na Espanha do século XVI. Em seguida, aprofunda a busca de Teresa pela união com Deus e conclui que a experiência mística possibilita a transcendência do ser humano em contato com o divino.

O artigo seguinte, *A polifonia de vozes na obra de Santo Agostinho A vida feliz*, de Hércia Silva e Thiago Aquino, também se dedicam a um grande pensador, Santo Agostinho. É interessante essa abordagem sobre a felicidade, pois, geralmente, exploraram-se outras obras como *A Cidade de Deus* ou as *Confissões*. E a vida feliz foi tema presente em seus escritos desde a conversão. Além disso, os autores discorrem sobre a relação entre as Ciências das Religiões e Filosofia Medieval.

Em seguida, Evanway Sellberg Soares apresenta uma discussão bem atual sobre os evangélicos e a política no artigo intitulado *A atuação evangélica no governo Bolsonaro em 2019: uma análise quanti-quali sobre a pressão para formulação de políticas públicas*, se detendo na análise da capacidade de pressão dos diferentes grupos evangélicos nas políticas públicas. Os dados foram retirados da imprensa e das redes sociais, principalmente dos discursos dos políticos considerados conservadores e uma liderança religiosa desse segmento.

Dois artigos utilizam a Bíblia como fonte para buscar as origens da construção da figura de Jesus – histórico ou cristológico – e a consolidação de Jerusalém como cidade judaica. Hudson Lourenço se pergunta se existe entrecruzamento entre o Jesus Histórico e a figura de Jesus Cristo no artigo *A figura “filtrada” do texto dos evangelhos*. O autor buscou nos evangelhos a(s) resposta(s) para sua questão central na tentativa de compreender o limite epistemológico entre o Jesus histórico e o Jesus Cristo e conclui que é possível se encontrar um Jesus da história destituído de toda crença religiosa, mas não um Jesus histórico independentemente da fé.

Por sua vez, Matheus Carmo analisa os reinados de Ezequias (715 a 689 a.C.) e Josias (640 a 609 a.C.) para averiguar a importância de Jerusalém enquanto centro religioso e político da antiguidade. O autor questiona a cronologia bíblica que aponta a significação religiosa da

cidade em função da monarquia unida de Davi e Salomão e da construção do templo. Ele defende a tese de que, do ponto de vista historiográfico, àquela época Jerusalém era uma pequena aldeia, portanto, até mesmo o templo coexistia com outros santuários no território de Judá. O autor conclui que o processo de significação e sacralização de Jerusalém nos reinados de Ezequias e Josias teve uma significativa abrangência não apenas no aspecto religioso, mas, também no crescimento populacional e no âmbito político.

Antônio Carlos Coelho, no artigo *O Livro dos espíritos: no campo da transição da heteronomia para a autonomia do ser humano*, analisa essa obra específica de Alan Kardec para verificar a possibilidade de, por meio dela, o ser humano obter autonomia. O autor parte do pressuposto de que na vivência religiosa do espiritismo fé e razão não são excludentes, e sim, complementares. Dessa forma, os espíritos encarnados podem buscar soluções práticas para a sua vida atual, sendo responsáveis pelas suas próprias evoluções. Conclui que o Livro dos Espíritos tem potencial para se tornar uma ferramenta na busca por soluções e o desenvolvimento de habilidades que ajudarão os indivíduos a se tornarem autossuficientes.

No artigo *Não levantarás falso testemunho: igreja católica, pós-verdade e história*, Ricardo Gonçalves tem por objetivo principal discutir a atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB durante as eleições de 2018 no Brasil, momento de crise, provocada pelos acirrados conflitos de ideias dos grupos cristãos radicalizados. A pergunta central é: Como parte do clero católico, progressista e de esquerda, lidou com os ataques por temas em debate como aborto, comunismo/socialismo e ideologia de gênero? O autor conclui que a pós-verdade não pode ser negligenciada e que o clero, ao enfrentar os ataques dos *influencers*, teve que usar de estratégias para não contra-atacar, mas, evitar as distorções e manipulações de ideias e discursos, respondendo positivamente ao mandamento “Não levantarás falso testemunho”.

A *Plura* traz também uma interessante discussão sobre a morte e a festa no artigo *A morte festejada, comensalidade e dádivas partilhadas nos ritos funerários haitianos: fronteiras entre a vida e a morte*, de Roziane Jordão. Utilizando-se do referencial teórico-metodológico da antropologia interpretativa, o trabalho apresenta os resultados, principalmente da etnografia, com a descrição dos ritos fúnebres haitianos observados e também relatados pelos imigrantes no Brasil, residentes em Porto Velho – Rondônia. A autora conclui que conhecer os traços culturais e religiosos dos imigrantes ajuda a combater preconceitos e intolerâncias, geralmente expostos de forma imediatista nas mídias.

Lucas da Silva, no artigo *Conquistando a “cultura do mundo” para Jesus: uma estratégia evangélica*, analisa as publicações nas mídias digitais da Igreja A Ponte, seguimento evangélico, em Recife – PE. O autor defende que os evangélicos utilizam a cultura como campo de disputa com o objetivo de criar uma não cristã. O cerne da sua discussão está na identificação da forma como a cultura foi operacionalizada nos cultos e eventos da denominação. A ponte seria a evangelização, por meio de três arcos: relacionamento, serviço e cultura. Segundo o autor, o diálogo da Ponte com o arco da cultura visa promover uma cultura cristã, cujo padrão deve ser seguido para a conquista por meio da evangelização.

Para fechar a sessão de artigos, voltamos à discussão sobre a difusão da fé durante o império português e o império do Brasil oitocentista. No estudo *Entre o Trono, o Altar e a Palavra: a difusão das Escrituras no Brasil Colônia e Império e os caminhos das Sociedades Bíblicas*, Acyr de Gerone Junior investiga a propagação das Escrituras Sagradas no Brasil, um tema fundamental para a compreensão das interações entre religião, cultura e poder no contexto lusófono. O autor enfatiza o papel das Sociedades Bíblicas, especialmente da *British and Foreign Bible Society (BFBS)*, que transformaram a lógica de circulação das Escrituras ao priorizar a leitura individual, o acesso ao texto impresso e a valorização da tradução para o vernáculo. O texto conduz o leitor por um panorama das estratégias de disseminação da Bíblia no Brasil entre os séculos XVI e XIX, destacando os desafios impostos pela política religiosa do padroado e as mudanças provocadas pela chegada dos protestantes e suas instituições bíblicas. Esse processo reflete transformações significativas na circulação das Escrituras e na relação entre religião e sociedade ao longo do período.

O estudo se apoia em fontes primárias, como cartas missionárias, relatórios das Sociedades Bíblicas e registros históricos, além de uma bibliografia especializada e abrangente. A partir dessa base documental, observa-se que o conteúdo bíblico foi disseminado no Brasil Colônia por diferentes estratégias e meios. Nesse contexto, os jesuítas obtiveram certo sucesso na evangelização dos indígenas. No entanto, a Bíblia, enquanto livro acessível à população em geral, não teve ampla difusão entre os fiéis. Fica evidente o desinteresse da Igreja Católica em promover a divulgação da Bíblia, aliado ao elevado índice de analfabetismo, o que fez com que o livro sagrado permanecesse amplamente desconhecido no Brasil desde sua descoberta, no final do século XVI, até o início do período imperial, em 1808. O estudo evidencia que, durante grande parte do período colonial, o acesso à Bíblia estava majoritariamente restrito ao clero e a um número reduzido de estudantes, ficando distante da população em geral. Com a chegada

de D. João VI ao Brasil e a consequente abertura dos portos às nações amigas, novas possibilidades surgiram, permitindo que um número maior de pessoas tivesse acesso ao texto bíblico. Em conclusão, a difusão da Bíblia desempenhou um papel crucial no surgimento e na expansão das missões e igrejas protestantes no Brasil. Antes mesmo da tentativa de estabelecer congregações protestantes entre os brasileiros, ocorreu a circulação das Escrituras, promovida pelas Sociedades Bíblicas inglesa e americana. Essa estratégia preparou o terreno e abriu caminho para o protestantismo em um país cuja identidade religiosa era oficialmente e predominantemente católica.

Além dos artigos, cada número da *Plura* traz outras três sessões: entrevista, resenha e tradução. Nesse número, a entrevista, intitulada *Conversa com Rizelda de Brito, madrinha da irmandade daimista amazônica do Centro Eclético Flor do Lótus Iluminado (CEFLI)*, foi realizada pela doutoranda Fernanda Mendonza traz a identidade e a experiência religiosa de uma matriarca do Santo Daime na Amazônia acreana. Trata-se de uma importante conversa em que Rizelda, que chegou na casa do Mestre Irineu com sete anos, rememora suas vivências e seu contato com o sagrado, memória que não é apenas sua, mas de toda uma irmandade do Daime.

Na sessão resenha, Paulo Tavares analisa a biografia do Papa Francisco. É um momento muito apropriado para que possamos nos deter nessa leitura, pois, precisamos estar em contato com a *Vida*: pensamento, trajetória e legado de Jorge Mario Bergoglio/Papa Francisco.

Por último, a sessão Tradução apresenta a tradução, por Fábio Costa e Yuri Maia, do texto *Reflexões sobre a religião grega antiga: como apreender o politeísmo?* escrito por Pierre Bonnechere (Université de Montréal) e Vinciane Pirenne-Delforge (Collège de France).

Desejamos boa leitura!